

Limites da biografia

A biografia tem valor psicológico fundamental como via de acesso à personalidade de outro homem, dando no espaço de poucas páginas o vários curso de uma vida em que a nossa se projeta, como aspiração ou nostalgia. É também evidente o seu poder educativo, como paradigma de valores encarnados em determinada existência, servindo de modelo e estímulo. Mas ainda há, em terceiro lugar, o seu caráter de método de interpretação histórica.

Metodologicamente, é instrumento perigoso e o biógrafo-historiador encontra uma série de obstáculos que podem comprometer o seu trabalho. O risco de simplificação, por exemplo, que consiste em reduzir a situação histórica a acessório, não lhe dando importância devida na configuração dos fatos que tocam na vida do biografado. A consequência, em geral, é o estabelecimento de um nexos casual direto entre o personagem e os acontecimentos, que parecem decorrer da sua vontade ou da sua influência. Esta elevação do indivíduo à causa de situações complexas, que o envolvem, constitui a interpretação antropocêntrica, vulgar, sempre disposta a explicar por meio de nexos igualmente simples. Assim, gera a atitude quase partidária de atribuir a certas pessoas culpa ou mérito de processos históricos em que geralmente não passaram de atores privilegiados. Esta atitude de senso comum se encontra na base da velha concepção do *varão ilustre*, e o biógrafo escorrega nela quase insensivelmente, pela tendência a ressaltar o perfil do biografado.

Mas o pólo oposto é igualmente perigoso. Para o biógrafo, o núcleo do trabalho é por definição um estudo de personalidade, mesmo quando a finalidade seja outra. Ora, ao dissolver pura e simplesmente a biografia no contexto histórico-social poderá fazer obra excelente de historiador, mas estará ao mesmo tempo hipertrofiando o que não deve passar de quadro.

Caso interessante é o de excelentes pseudobiografias, apesar destes dois desvios de perspectiva, como *O estadista do Império*, que os reúne e supera. Filho pouco isento, Joaquim Nabuco apresenta um retrato ideal do pai, despojado de quanto seja negativo, inclusive o amor pelo jogo; e a este personagem lavado e passado para o futuro atribui na política uma espécie de posição-chave, que evidentemente não foi a sua, por importante que tenha sido.

Doutra parte, a fim de mostrar o seu âmbito de ação, amplia o quadro até sair da biografia e traçar um panorama da política do tempo. Se isto corrigiu a hipertrofia do protagonista, não chegou, doutro lado, a uma história política, ficando na situação metodologicamente ambígua de perspectiva atravancada por um personagem. Tudo isso mostra que o grande talento supre o resto; mas sugere cautela aos seguidores eventuais.

Outro perigo, maior e mais sutil, consiste na relação pessoal que se estabelece entre biógrafo e biografado, em toda biografia realmente vivida. O estudo das instituições e dos costumes não envolve tão diretamente as reações individuais do estu-

dioso; mas na biografia trava-se de modo insensível um diálogo entre ele e o biografado, com tudo que pode trazer de aprofundamento humano, mas também de deformação subjetiva. Perigo tanto maior, quanto é esse entendimento que permite as mais das vezes animar o biografado, tornando-se a força suprema da biografia como arte; mas o lastro de arbítrio que implica abre a porta, ao mesmo tempo, para o seu eventual malogro como ciência.

Veja-se um livro recente, interessante embora banal como concepção, deste neo-Ludwig que é Egon Corti: *Se... (Destino e missão duma imperatriz)*. De posse duma rica documentação inédita, conta a vida da mãe de Guilherme II, filha da rainha Vitória, e com ela simpatiza de tal maneira, que não apenas refaz favoravelmente o seu perfil, deformado tanto pela propaganda bismarckiana quanto pelo antagonismo com o filho, mas se lança, sem a necessária preparação, numa tentativa de criticar a orientação do “Chanceler de Ferro”, sugerindo que o governo liberal de Frederico III, moldado pela influência britânica, teria encaminhado a história alemã para rumos muito mais prudentes e humanos, não tivesse ele morrido após alguns meses de reinado. Aí vemos, em toda a sua força, a extrapolação histórica baseada na identificação excessiva com o biografado.

Mas o fato é que todo biógrafo responsável deve estabelecer uma relação deste tipo, mesmo correndo tal risco. Este assume por vezes o aspecto de um diálogo mudo em que o morto age sobre o vivo com força impressionante, levando-o a aceitar o seu ponto de vista, impelindo-o à atitude apologética, numa espécie de curiosa metempsicose. Em literatura, é o caso de Alfredo Pujol, que definiu o cânone da vida de Machado de Assis num livro ainda hoje fundamental, mas que nele procedeu como se o “defunto autor” lhe estivesse soprando de além-túmulo as suas póstumas memórias convencionais. Resultado, uma visão ideal de cartola e *pince-nez*, uma celebração oficial muito adequada ao presidente da Academia, que só foi retificada pela investigação realista de Lúcia Miguel Pereira.

Naturalmente a atuação dos perigos depende do tipo de biógrafo. Via de regra, o de vocação histórica mais definida tende a dissolver o indivíduo no tempo, enquanto o de vocação literária se inclina a recriá-lo como personagem fictícia. Mas ambos estão errados, e no limite ambos *se servem* dele, um para fazer história, outro para fazer romance. O ideal, todavia, é que a biografia possa funcionar de modo válido como conhecimento e interpretação, cabendo indagar se, uma vez estabelecido o equilíbrio ideal entre os dois perigos, o estudo de uma pessoa eminente pode servir ao mesmo tempo para esclarecer a sua natureza e a sociedade em que viveu. Restringindo-nos ao campo da biografia histórica (a literária tem problemas específicos), veremos que a resposta depende de alguns pressupostos que este artigo não pode abordar, como: (a) valor explicativo do individual; (b) critério de compreensão deste por meio do documento, a referência, a inferência; (c) relação do individual e do coletivo na configuração dos acontecimentos etc.

A biografia histórica é realmente método quando o biógrafo tem plena consciência do contexto em que se insere o biografado, de modo a resultar não apenas uma interpretação da personalidade, mas a compreensão do seu papel e, através dele,

da época. Um livro como o *Guilherme II*, de Ludwig, *é retrato*, não investigação histórico-biográfica, e encarado sob este aspecto redundaria em malogro. Com efeito, faz toda a constelação histórica girar em torno de uma concepção psicanalítica, inteligente apesar de açodada, deformando a perspectiva do período. Esta, em compensação, nos é dada no belo livro de Erich Eyck, *O governo pessoal de Guilherme II*, onde podemos inclusive vislumbrar que muitos traços atribuídos por Ludwig a motivos íntimos se explicariam também pelo papel que as castas dominantes e a evolução da sociedade impuseram ao Imperador. Trata-se, porém, não de biografia, mas de panorama histórico, em que o nome da pessoa apenas simboliza um período. Na biografia — voltamos ao argumento — o foco de interesse sendo a pessoa, não o contexto, torna inevitável o diálogo estabelecido entre ela e o escritor.

A atitude do biógrafo difere da atitude normal do historiador, que tem pela frente um *material*, mesmo quando tecido de atos e sentimentos humanos. Por isso um estudioso como Alexandre Herculano (grande vocação artística sob a austeridade do erudito) deve ter sentido necessidade de fazer ficção ao lado da pesquisa monumental sobre as origens portuguesas. O seu Afonso Henriques da *História de Portugal* é vivo; mas o d'“O Bispo Negro”, nas *Lendas e narrativas*, tem uma vivacidade que só a imaginação permite discernir. É que o primeiro, de qualquer forma, permanece *objeto*, num contexto institucional e factual que interessa em primeiro plano. O João das Regras d'O *monge de Cister* supera as limitações documentárias; entra como personagem pelo entrecho adentro, com a sua ladínice, a sua vaidade esperta, bem mais salientes aqui do que a sapiência jurídica e o zelo do bem comum, com que passou das páginas de Fernão Lopes para a posteridade.

Assim, a biografia histórica não depende apenas dos elementos críticos enumerados acima, mas ainda de certos vínculos humanos mais fundos entre biógrafo e biografado, que será em boa parte fruto da atitude que aquele assumir: frieza ou entusiasmo, aprovação ou reprovação, disposição de entender ou simples desejo de constatar.